



Ferramentas linguísticas da modernidade colonial-capitalista: uma tomada de posição latino-americana frente ao problema da colonização na História das Ideias Linguísticas

Linguistics tools of colonial and capitalist modernity: a Latin American position on the problem of colonization in the History of Linguistic Ideas

Isadora Machado*

UFBA

Luiz Felipe Andrade Silva**

UFBA

Resumo: *A partir dos estudos materialistas da linguagem, questionamos: é possível enunciar na América Latina sem que os sentidos de nossos enunciados estejam construídos na/pela memória da colonização? Capitalismo e colonização, nesse contexto, se encontram no mesmo princípio histórico de modo dialético. Defendemos que a colonialidade emerge enquanto filosofia espontânea do capitalismo, assim como o colonialismo é condição de possibilidade (sobredeterminante) do capitalismo. Criticamos a abordagem da Modernidade em Kant e Foucault, e nos alinhamos ao pensamento decolonial latino-americano, para quem a Modernidade coincide com o início da exploração e colonização da América. Analisamos e deslocamos a importância que Sylvain Auroux atribui ao Renascimento para a gramatização. Demonstramos que a escrita da História das Ideias Linguísticas no Brasil compreende a colonização como ponto de inflexão para o conhecimento sobre a linguagem, o que nos leva a*

repensar a própria natureza dos instrumentos linguísticos enquanto ferramentas da modernidade colonial-capitalista.

Palavras-chave: *Modernidade, América Latina, Ferramentas Linguísticas.*

Abstract: *This paper is grounded on materialistic perspective of language to ask: is it possible to enunciate in Latin America without being determined by colonial senses and meanings? Capitalism and colonization share the same beginning in this context. We argue that coloniality emerges as a spontaneous philosophy of capitalism, just as colonialism must be understood as a capitalism's (overdetermining) condition of possibility. We criticize the approach of Modernity in Kant and Foucault, and we stand for Latin American decolonial thought. We agree that Modernity coincides with the beginning of the exploration of America. We displace the importance given by Sylvain Auroux to the Renaissance while “la grammatisation” was taking place. We demonstrate that the way of writing the History of Linguistic Ideas in Brazil understands colonization as a turning point for the history of Latin American linguistic ideas, which leads us to rethink linguistic instruments as tools of colonial-capitalist modernity.*

Keywords: *Modernity, Latin America, Linguistic tolls.*

*Emancipate yourselves from mental slavery
None but ourselves can free our minds
Bob Marley & The Wailers*

Por que preservamos nossos nomes? Por hábito, exclusivamente por hábito. Para passarmos despercebidos. [...] E, finalmente, porque é agradável falar como todo mundo e dizer o sol nasce, quando todo mundo sabe que essa é apenas uma maneira de falar. Não chegar ao ponto em que não se diz mais EU, mas ao ponto em que já não tem qualquer importância dizer ou não dizer EU. Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Fomos ajudados, aspirados, multiplicados. Gilles Deleuze e Félix Guattari

1. Sobre ciência e territorialidades

A questão da geopolítica do conhecimento se impõe quando inscrevemos nossos trabalhos no campo dos estudos materialistas da linguagem¹ pois, enquanto pesquisadores e professores marcados pela territorialidade latino-americana - ou mesmo ladinoameficana² (GONZALEZ, 2018 [1988]) - estamos dentro de um campo acadêmico-científico global que é desigualmente constituído. Para pensar os estudos materialistas da linguagem, traçamos um paralelo com o que diz Eni Orlandi (1990) a respeito da Análise de Discurso: “é uma metodologia cuja origem se liga a uma forma particular de sociedade, a sociedade ocidental” (ORLANDI, 1990, p.175). Dessa maneira, é preciso ter cautela com a simples aplicação de teorias eurocentradas à formação social brasileira, caracterizada por séculos de colonização (político-econômica e intelectual) e por situar-se em face das potências ocidentais numa posição periférica ou de dependência.

Orlandi (1990), em *Terra à vista!*, nos encoraja nesse sentido, ao afirmar que

o modo como a AD se desenvolve na América Latina pode, e deve, ser diverso daquele com o qual esta se desenvolveu na França. É isso que eu expressaria dizendo que a AD, se somos conseqüentes com seus pressupostos, ao mesmo tempo em que produz uma certa forma de conhecimento, nos obriga a uma tomada de posição frente à história das ciências. [...] Não se trata de não estabelecermos relação alguma com outros centros de produção de conhecimento, voltar as costas e des-conhecer. Trata-se de estabelecer uma relação em que procuramos nos situar criticamente em certas regiões de sentidos, não impô-los, mas sustentá-los em nossas relações intelectuais com o que não é a América Latina (ORLANDI, 1990, p. 33-34).

Em direção semelhante, Sarr (2019) propõe que, no contexto da produção de conhecimento das ex-colônias, se promova uma retomada de controle que implique na “assimilação criativa”, isto é, na

“apreensão inteligente daquilo que se almeja conservar e uma rejeição inteligente daquilo que não se conserva” (SARR, 2019, p.118) das epistemes europeias.

Tal postura epistemológica coaduna-se às reflexões desenvolvidas por Pêcheux (2009 [1975]) acerca da assunção de uma posição materialista no processo de produção de conhecimentos. O autor caracteriza esse processo como um “corte continuado” e, portanto, “coextensivo às ideologias teóricas, das quais ele *não cessa de se separar*” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p.182). Dessa forma, nossa tomada de posição enquanto cientistas, necessária à definição de um corte epistemológico em relação à ideologia científica hegemônica, deve ser constantemente reiterada. A contínua “purificação”³ dos traços coloniais na produção de conhecimento, em um país como o nosso⁴, exige uma retomada de atenção - e essa atenção caminha juntamente ao próprio caráter movente das práticas científicas.

Dessa forma, abordar o capitalismo “à brasileira” apenas a partir da chave de um capitalismo dependente ou periférico seria, em certa medida, obliterar aquilo mesmo que constitui os postulados básicos de uma posição científica materialista, ao denegar sob essas fórmulas a própria condição material e histórica dessa dependência e dessa perifericidade: seu estatuto de antiga colônia. Por isso, questionamos: é possível, na América Latina, enunciar sem que os sentidos de nossa enunciação e de nossos enunciados estejam construídos na/pela memória da colonização? (MACHADO, 2020). Esta pergunta, cuja resposta apenas é válida a partir de um valor axiomático, é central para as discussões em torno do que tem sido chamado de *opressões estruturais do capitalismo*. Isso porque, quando tratamos do problema do cisheteropatriarcado, do racismo e da exploração de classe, assim como do capacitismo e do racionalismo⁵, tratamos das próprias condições (estruturais) de possibilidade do capitalismo.

Angela Davis (2011), em “As mulheres negras na construção de uma nova utopia”, chama atenção para a necessidade de um olhar atento para a complexa estrutura que faz entrelaçar diferentes formas de opressão na construção de um pensamento e de uma prática revolucionária que se pretenda marxista. Afirma a autora que

[a]s organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa⁶ que a

classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa raça. Mas raça, também, informa classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as interseções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2011).

Se entendemos que essas opressões - de classe, de gênero/sexualidade e de raça - integram o *modus operandi* do capitalismo contemporâneo, é preciso reconhecer que as opressões estruturais, enquanto tais, têm história. Se as estruturas são passíveis de historicização, admitimos então que é possível traçar delas a proveniência e a emergência⁷, ou seja, o princípio. Quando traçamos o *princípio* das opressões de raça, gênero/sexualidade e classe de “nosso tempo”, chegamos ao que chamaremos daqui para frente de princípio da *modernidade colonial-capitalista*, tal como perpetuada no Ocidente⁸.

A forma-sujeito capitalista não é apenas organizada a partir de posições de classe, é também racializada e generificada⁹. O capitalismo não se sustenta sem seus tentáculos racistas e patriarcais. Capitalismo e colonização, nesse contexto, se encontram no mesmo princípio histórico de modo dialético: a colonialidade emerge enquanto filosofia espontânea¹⁰ do capitalismo, assim como o colonialismo deve ser compreendido como condição de possibilidade (sobredeterminante) do capitalismo¹¹. Tanto os donos dos meios de produção quanto o trabalhador (escravizado, assalariado ou servil), desde o século XVI, são divididos por uma rígida, apesar de movente, ordenação de raça e de gênero. Os senhores de engenho e os donos dos conglomerados multinacionais, do ponto de vista da estrutura, guardam organizações “identitárias” semelhantes: homens cisgêneros heterossexuais brancos adultos.¹² As exceções, há muito se sabe, confirmam as regras¹³. O problema da identidade/identificação, portanto, não é um problema puramente contemporâneo ou pós-moderno. Vale lembrar ainda que os

classificadores sociais homem/mulher, criança/adulto/velho, branco/negro/pardo/índigena, cisgênero/transgênero etc., não são tomados aqui como se fossem categorias empíricas e, portanto, transparentes. Entendemos que as relações identitárias são, sobretudo, relações simbólicas profundamente opacas.

É nesse sentido que afirmamos que não é possível enunciar na América Latina sem que os sentidos de nossas enunciações e de nossos enunciados estejam historicamente determinados pela modernidade colonial-capitalista, que é, nesse sentido, uma *longa-duração*, tal como Guimarães (2021) faz trabalhar a questão¹⁴.

Mantendo o valor axiomático dessa resposta, a seguir refletiremos sobre a configuração disso que chamamos de Modernidade colonial-capitalista¹⁵. A partir de uma posição materialista, defendemos que a produção brasileira em História das Ideias Linguísticas estabelece o processo colonial enquanto condição de possibilidade para o fenômeno da gramatização das línguas. Deslocaremos, assim, a importância conferida por Auroux (1992)¹⁶ ao Renascimento enquanto marco histórico decisivo para o fenômeno. Na próxima seção, são criticadas as posições de Immanuel Kant e Michel Foucault a respeito do Iluminismo enquanto limiar da Modernidade. Por meio dessa crítica, demonstramos que a posição tomada por Auroux (1992) não dá o devido peso à colonização das Américas para a gramatização massiva das línguas, e que tomar o Renascimento enquanto marco histórico desse fenômeno só é possível a partir de uma posição europeia hegemônica. Em seguida, percorremos alguns trabalhos fundadores do campo de História das Ideias Linguísticas *do* Brasil (FERREIRA, 2018) e analisamos o aspecto central que a colonização encena para a América Latina. Por fim, retomaremos o “Diálogo da Conversão do Gêtio”, do Pe. Manoel da Nóbrega (2017 [1556-1557]) e um itã de Ogum, narrado por Awofá Ogbeara (2001), para contrapor duas posições a respeito da ideia de “instrumento” e de “ferramenta”. Nossa conclusão defende que, de uma posição latino-americano já traçada pelos estudiosos brasileiros da HIL, a colonização das Américas é o limiar da Modernidade que condiciona a possibilidade da gramatização.

2. Modernidade colonial-capitalista

A modernidade, enquanto um problema histórico e filosófico dos últimos séculos, tem sido pensada a partir de diferentes perspectivas. Apesar das diferenças de tratamento, a modernidade é um problema regular que se mantém como uma questão candente. Ao invés de resenhar essas problematizações ao longo dos últimos séculos, antagonizaremos duas perspectivas, a saber, a de Foucault lendo Kant em oposição a de diferentes intelectuais dos Estudos Decoloniais e Pós-Coloniais que, para nós, definem o limiar da modernidade desde nosso lugar particular – o espaço de enunciação¹⁷ latinoamericano.

Michel Foucault (2008 [1984]), em um duplo com Immanuel Kant, reposiciona a questão kantiana, *Was ist Aufklärung?* (O que são as Luzes/o Esclarecimento?), a partir da problematização do texto homônimo, publicado em 1784 no periódico alemão *In Berlinische Monatsschrift* (KANT, 1985 [1784]). Segundo Foucault (2008 [1984], p.335), trata-se de “uma questão que a filosofia moderna não foi capaz de responder, mas da qual nunca conseguiu se desembaraçar”, e que

de Hegel a Horckheimer ou a Habermas, passando por Nietzsche ou Max Weber, não existe quase nenhuma filosofia que, direta ou indiretamente, não tenha sido confrontada com essa mesma questão: qual é então esse acontecimento que se chama a *Aufklärung* e que determinou, pelo menos em parte, o que somos, pensamos e fazemos hoje? (FOUCAULT, 2008 [1984], p. 335).

Foucault (2008 [1984]) alinha, assim, as Luzes ao limiar de *nossa Modernidade*. O texto de Kant, afirma o autor, seria “o esboço do que se poderia chamar de atitude de modernidade” (FOUCAULT, 2008 [1984], p.341). Nessa esteira de reflexões, as Luzes estariam colocadas como um processo que *libertaria* de um estado de *menoridade* - entendido como “um certo estado de nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de algum outro para nos conduzir nos domínios em que convém fazer uso da razão” (FOUCAULT, 2008 [1984], p.337). As Luzes, no que apresentam como saída para a Modernidade, se definiriam por uma modificação da relação que antes se estabelecia entre *vontade*, *autoridade* e o *uso da razão*. E, ao modificar essa

relação, nos convocariam não só a *fazer parte coletivamente*, mas também ao ato de coragem de *realizar individualmente*.

A modernidade estaria dessa forma definida, para Foucault (2008 [1984]), muito mais por uma *atitude* em relação ao tempo presente, que por uma periodização histórica¹⁸. Essa atitude, que produzirá um *éthos* moderno, porém, não se encontraria disponível a todos. O silenciamento de Foucault acerca das especificidades de gênero e raça, por exemplo, que encontramos em Kant, limitam essa modernidade a uma parcela da população mundial. Foucault (2008 [1984]) não deixa de situar geograficamente o problema, falando da *Aufklärung* como o acontecimento ou “conjunto de acontecimentos e de processos históricos complexos, que se situaram em um determinado momento do desenvolvimento das sociedades europeias” (FOUCAULT, 2008 [1984], p.346; grifo nosso) ou ainda que essa atitude da busca pela maioria (autonomia de pensamento, liberdade) é uma atitude permanente das “sociedades ocidentais ([...] tão particular, tão diferente (dos outros) em sua trajetória e tão universalizante, dominante em relação aos outros)” ((FOUCAULT, 2008 [1984], p.349; grifo nosso). No entanto, não é por Foucault não deixar de fazê-lo que não incorre no risco de silenciar (ORLANDI, 1992) que a própria possibilidade de se pensar em liberdade, autonomia, racionalidade e progresso - termos que enfeixam as práticas da modernidade europeias - é garantida pela escravidão, colonização, epistemicídio e exploração do sul global e de uma imensa parcela da população europeia¹⁹.

Retomando o início do texto de Kant (1985 [1784]), encontramos algumas pistas sobre aqueles para quem é possível a maioria. Diz-nos o autor:

A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma direção estranha (*naturaliter maiorenes*), continuam no entanto de bom grado menores durante toda a vida. São também as causas que explicam por que é tão fácil que os outros se constituam em tutores deles. É tão cômodo ser menor. [...] A imensa maioria da humanidade (inclusive todo o belo sexo) considera a passagem à maioria difícil e além do mais perigosa, porque aqueles tutores de

bom grado tomaram a seu cargo a supervisão dela (KANT, 1985 [1874], p.100-102).

O *Aufklärung* seria uma mudança histórica (de atitude) que afeta a “humanidade” (*Menschheit*). E, sobre isso, Foucault (2008 [1984]) apenas questiona se Kant se refere a todos os homens (indivíduos da humanidade) ou apenas ao que os tornam “membros” da humanidade, sem observar que essa “humanidade” passível de “esclarecimento”, capaz de atingir a “maioridade”, é *naturalmente* delimitada. Não fazem parte dela “todo o belo sexo” (princípio do sexismo epistêmico-político-econômico) nem aqueles que não alcançaram a *naturaliter maiorenes*, isto é, a maioria por meio da natureza. Se, por um lado, tal conceito diz respeito à passagem da infância à idade adulta, por outro, para compreendê-lo em toda a sua extensão, é necessário fazer uma deambulação pela obra kantiana.

Kant (2010 [1775]) compreende que a espécie humana teria surgido de um tronco original (adâmico) e, posteriormente, em virtude das necessidades de adaptação ao clima e à condição da terra, teria desenvolvido ou atrasado algumas de suas disposições naturais. Por essa relação com o ambiente, se explicaria que “todos os negros fedem” (KANT, 2010 [1775], p.20) e que “o Negro, que está bem adaptado ao seu clima, a saber, é forte, corpulento e ágil; mas que, ao abrigo do rico suprimento alimentar de sua terra natal, é indolente, mole e desocupado” (KANT, 2010 [1775], p.21). Em texto datado de 1788, Kant afirma que “[indígenas] americanos e negros não podem governar a si mesmos. Servem, portanto, apenas como escravos”, enquanto, por contraste, os brancos conteriam “todos os móveis da natureza em afetos e paixões, todos os talentos, todas as disposições à cultura e civilização” e poderiam “assim tanto obedecer quanto dominar” (KANT, *apud* VALENTIM, 2019, p.12). Apenas aos homens (note-se: seres humanos adultos do gênero masculino) brancos teria sido conferida a tal *naturaliter maiorenes*, de modo que também apenas deles se poderia esperar como “tarefa e obrigação” a *Aufklärung*.

A definição da modernidade a partir das Luzes (*Aufklärung*), realizada por Foucault (2008 [1984]), é, portanto, uma definição excludente. Com isso, afirmamos não apenas que ela desconsidera (exclui), pelo menos, as marcações de raça e gênero e as posições sexistas e racistas que sustentam a reflexão de Kant; afirmamos ainda

que, considerando a questão a partir de uma posição “indo-afro-latino-americana”, essa modernidade europeia –marcação territorial não ignorada por Foucault - só se torna possível porque pessoas racializadas e generificadas foram “excluídas” da humanidade.

É por isso que, enquanto cientistas localizados política e territorialmente na América Latina, interessa-nos deslocar essa visão eurocêntrica de modernidade, para compreender, com Enrique Dussel (2012), que o limiar de uma modernidade latinoamericana está em 1492 - “1492, segundo nossa tese central, é a data de ‘nascimento’ da Modernidade; mesmo que sua gestação – como o feto – tenha levado um tempo de crescimento intrauterino”²⁰ (DUSSEL, 2012, p.9-10; tradução nossa). Para Dussel (2012), se podemos afirmar que a Modernidade se originou no que eram as cidades da Europa medieval, é preciso lembrar que essa mesma Modernidade “nasceu quando foi possível à Europa se confrontar com ‘o Outro’, e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo; quando pode se definir como um ‘ego’ descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva dessa mesma Modernidade”²¹ (DUSSEL, 2012, p.10; tradução nossa). Espanha e Portugal, nesse contexto, constituem a primeira região da Europa que tiveram a experiência primeva da colonização moderna - a experiência de constituir o Outro como aquele que é dominado pelo controle de um conquistador. Quando a Europa se constitui como “centro do mundo”, temos então o nascimento, segundo Dussel (2012), da Modernidade e da origem de seu mito.

A historicização da Modernidade proposta pelo filósofo argentino considera que, se a Espanha, no final do século XV, era de fato a única região europeia que tinha capacidade bélica e política para promover conquistas territoriais externas, a América Latina toma, então, seu lugar particular na história da Modernidade, porque, para o autor, fomos a *primeira periferia* da Europa moderna:

desde nossa origem, sofremos um processo constitutivo de ‘modernização’ (mesmo que na época não se usasse essa palavra), que logo depois será aplicado à África e Ásia. Apesar de nosso continente já ser conhecido, como prova o mapa-mundi de Henricus Martellus (Roma, 1489), somente a Espanha, graças à habilidade política

do rei Fernando de Aragão e à ousadia de Colombo, tentou formal e publicamente (...) se lançar ao Atlântico para chegar à Índia (DUSSEL, 2012, p.18; tradução nossa).²²

Segundo Dussel (2012), esse processo não é anedótico. Trata-se mesmo do processo principal de *constituição da subjetividade moderna*. Como extensamente desenvolvido pela literatura de diversos campos do conhecimento e diversas correntes teóricas, esse processo se dá na *relação*, no *entre*, na tensão *identidade/alteridade*. Para a Análise de Discurso, tal processo diria respeito à posição-sujeito, à inscrição do sujeito na formação discursiva a partir da qual ele produz seu dizer. Pêcheux afirma que

essa identificação do sujeito consigo mesmo é (...), simultaneamente, uma identificação com o outro (com *o* minúsculo) enquanto outro “ego”, origem discrepante etc.; o efeito-sujeito e o efeito de “intersubjetividade” são, assim, rigorosamente contemporâneos e coextensivos (PÊCHEUX, 2009 [1975], p.155).

Entre o eu e o outro, dialética por meio da qual se dá o processo de constituição da subjetividade moderna, na colonialidade opera-se algo para o qual Césaire (2010 [1950]) chama nossa atenção: o fato de que o movimento de constituição desse *eu-colonizador* (branco, masculino, cisgênero, heterossexual, cristão...) a partir de seu *outro-colonizado*, sé dá por meio da desumanização do colonizado, o que acaba por promover um movimento concomitante e suplementar que é o da sua própria desumanização. Segundo o autor, “a colonização trabalha para descivilizar o colonizador, para embrutecê-lo no sentido literal da palavra, para degradá-lo, para despertar seus recônditos instintos em prol da cobiça, da violência, do ódio racial, do relativismo moral (CÉSAIRE, 2010 [1950], p.19).

A constituição da subjetividade moderna, diríamos, é concomitante à constituição da objetividade moderna. O colonialismo, ao fundar-se na divisão entre civilização e barbárie, acaba por totalizar a barbárie, entre sujeitos pretensamente plenos - o sujeito da colonização é o sujeito do conhecimento, da civilização, e objetos parciais²³ - o incivilizado, o

sem conhecimento, sem religião. Diz-nos ainda Césaire (2010 [1950], p.31): “colonização = coisificação”, mútua coisificação. Isso é apresentado de certa forma por Marx, quando trata da “intrínseca barbárie da civilização burguesa²⁴” que estaria plenamente visível “assim que, das grandes metrópoles, onde tomam formas respeitáveis, viramos os olhos para as colônias, onde andam nuas” (MARX [1853], *apud* LOSURDO, 2006 [1997], p.25).

Não basta, portanto, situar a modernidade a partir de uma noção centrada numa perspectiva latinoamericana, é importante considerá-la no âmbito das relações mundializadas que se instauram a partir de 1492. Uma vez que situamos nossa pesquisa a partir de uma posição contra-colonial empreendida no cerne dos estudos materialistas da linguagem, torna-se necessário compreender as relações entre essa modernidade e as condições materiais de produção. Se, de um ponto de vista eurocentrado, a modernidade está atrelada à emergência do capitalismo, e que, para tanto, se faz necessária a emergência da mão-de-obra assalariada (o proletariado), não se deve minimizar o papel da primeira onda colonizadora no século XVI para a acumulação primitiva de capital. No “Livro I” de *O Capital*, Marx defende que

[a] descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, [...] a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 2017 [1867], p.821).

Marx chama nossa atenção para o assunto, ainda que seu objeto de pesquisa fosse a sociedade burguesa (europeia), já em sua crítica à Proudhon, em *Miséria da filosofia* (MARX, 2017 [1847]):

A escravidão direta é o eixo da indústria burguesa, assim como as máquinas, o crédito etc. Sem escravidão, não teríamos o algodão; sem o algodão, não teríamos a indústria moderna. A escravidão deu valor às colônias, as colônias

criaram o comércio universal, o comércio universal é a condição da grande indústria. Assim, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância. (MARX, 2017 [1847], p.103)

Poderíamos dizer, assim, que a escravidão é a condição de possibilidade da colonização, da mesma maneira que a colonização é condição de possibilidade do capitalismo. Com isso, não se pretende afirmar que haja uma espécie de determinismo histórico, um “inescapável” para o capitalismo que se encontra na colonização e na escravização dos povos não-europeus. Compreendendo o *real* da história, tal como o faz trabalhar Pêcheux (2008 [1983]), em diálogo com a noção de *pega* trazida por Althusser (2005 [1982]), observamos essa relação como algo da ordem do “acaso”. Uma série de elementos se agregam, produzem “pega” para a emergência do capitalismo e da modernidade. No entanto, a partir de nossa perspectiva latinoamericana, reconhecemos que, do modo como essa emergência se deu, as condições materiais providas pela colonização e pela escravidão exerceram papel crucial. E isso se dá não apenas porque elas propiciam a formação (ampliada) de um mercado mundial e fomentam a acumulação primitiva de capital, como também porque estabelecem relações sociais e intersubjetivas que serão postas em funcionamento pela ideologia burguesa de produção do conhecimento moderno. O ideal da modernidade baseado “no crescimento simultâneo e proporcional da capacidade técnica de agir sobre as coisas e da liberdade dos indivíduos uns em relação aos outros”, de que nos fala Foucault (2008 [1984], p.349), se faz possível porque se constitui um “eu” em relação de alteridade a esse “outro” dominado/subalternizado, tanto epistemicamente quanto política e economicamente. A pretensa (ou almejada) simultaneidade no avanço da liberdade burguesa e do progresso técnico-científico burguês é simultânea, não apenas à intensificação das relações de poder na Europa, mas à manutenção da escravidão e do domínio de cada vez mais territórios no sul-global.

Quando falamos em *modernidade colonial-capitalista* há uma dupla dimensão que visa explicitar o caráter intrincado das relações de forças que se vão produzindo e se estabilizando, desde 1492 aos nossos dias. Como observa Quijano (2009), o processo de colonização, que configurou as identidades sociais (racializadas e generificadas) da

colonialidade e a relação desigual entre territórios do colonialismo, promovendo assim relações intersubjetivas que emergem na modernidade, funde-se às necessidades do capitalismo.

A “racialização” das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais foi o sustento e a referência legitimadora fundamental do caráter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjetivo. Ou seja, da sua colonialidade. Converteu-se, assim, no mais específico dos elementos do padrão mundial do poder capitalista eurocentrado e colonial/moderno e atravessou - invadindo - cada uma das áreas da existência social do padrão de poder mundial, eurocentrado, colonial/moderno (QUIJANO, 2009, p.107).

Ao destacarmos, portanto, o moderno por uma dupla adjetivação (colonial-capitalista), queremos salientar essa relação intrincada que constitui as condições de possibilidade do “sistema-mundo” contemporâneo.

3. Renascimento: do que, de quem?

Diante dessas considerações, ao tomarmos posição (PÊCHEUX, 2009 [1975]) a partir da América Latina, defendemos “a localização das origens da modernidade na conquista da América e no controle do Atlântico pela Europa [...], e não no Iluminismo ou na Revolução Industrial” (GESCO, 2012, p.10; tradução nossa)²⁵. No mesmo movimento, também problematizamos a importância conferida por Sylvain Auroux (1992) ao Renascimento para a segunda revolução técnico-linguística. De certa forma, o que colocamos em embate é a concepção trazida por teóricos latino-americanos que situam em 1492 o limiar da modernidade, na relação entre produção econômica, política e produção de conhecimento, e uma concepção que “protela” a modernidade para o século XVIII, deixando de lado aquilo que já se delineia fora da Europa, na relação com a Europa; concepção essa que estabelece uma periodização eurocêntrica que se pauta, sobretudo, na produção de conhecimento.

Segundo a Enciclopédia Britânica²⁶, não há consenso acerca da periodização histórica do Renascimento. Ou seja, quando começou exatamente, quanto tempo durou, qual seu exato alcance histórico – essas são questões para as quais as respostas divergem. No entanto, há uma resposta mais ou menos comum: o Renascimento Europeu teria início no século XIV, na Itália, atingido seu ápice no século XV, e se espalhado pela Europa entre os séculos XVI e XVII.

O Renascimento seria, de acordo com a Enciclopédia, “o período da civilização europeia imediatamente posterior à Idade Média e considerado, convencionalmente, como aquele que se caracteriza pelo surgimento do interesse pelo conhecimento e pelos valores clássicos” (tradução nossa)²⁷. É ainda definido como “período da civilização europeia marcado pelo resgate do aprendizado e da sabedoria clássicas” (tradução nossa)²⁸. Trata-se, portanto, de um modo de designar um período a partir de práticas artísticas e letradas, designação essa que reforça uma concepção teleológica de história, a partir da linearidade que se estabelece entre Antiguidade, Idade Média (o período que interrompe, se coloca no meio) e o Renascimento (da cultura antiga). De acordo com Koselleck (2014 [2000], p.272), o “conceito de Renascimento, como período, pôde se impor após a teoria do renascimento ter sido relacionada à restauração de textos antigos e à imitação de obras de arte da Antiguidade. Depois desse significado histórico-cultural inicialmente restrito, o conceito foi aplicado a um período histórico”.

Por um lado, o Renascimento é tomado por Auroux (1992) como esse marco histórico-cultural. Ao fazê-lo, entra em funcionamento a memória discursiva atrelada às relações entre Antiguidade, Renascimento e Idade Média e, conseqüentemente, a uma perspectiva linear e progressiva da história. Além disso, atrela-se à importância dada ao “fundo latino” como fator de “unificação teórica” (AUROUX, 1992, p.44) nas Ciências da Linguagem.

Quando Sylvain Auroux (1992) toma o Renascimento enquanto marco histórico para o que chama de “gramatização massiva” das línguas do mundo, é também tomando-o como recorte temporal. É isso que compreendemos no processo de reescrituração²⁹ de Renascimento. Vejamos os enunciados abaixo:

[1] “Temos todas as razões para considerar que o Renascimento constitui uma virada decisiva para essas disciplinas e que ele forma o eixo da segunda revolução técnico-linguística” (AUROUX, 1992, p.37; grifos nossos).

[2] “Não há, entretanto, nada de comparável, quantitativa ou qualitativamente, ao processo que se dá no final do século XV a partir das línguas que vão daí para frente dominar a história da Europa (italiano, espanhol, francês, português, alemão, inglês) [...]” (Auroux, 1992, p.37; grifos nossos).

Renascimento, em [1], é reescriturado por expansão em [2], como “no final do século XV”. Nessa reescrituração por expansão, produz-se uma relação de definição entre a reescrituração (“no final do século XV”) e o reescriturado (“Renascimento”). Ao passo, então, que *Renascimento* é especificado por *no final do século XV*, produz-se uma definição: *Renascimento é o que se dá no final do século XV*.

Esse movimento de definição nos importa porque, mesmo que Auroux (1992) se valha do Renascimento para definir a *revolução tecnológica da gramatização*, é somente por meio de um procedimento analítico que conseguimos definir os sentidos de Renascimento no autor. A questão para nós é que, ao dizer Renascimento, Auroux (1992) silencia³⁰ um processo histórico central para a América Latina, contemporâneo ao Renascimento Europeu: o processo de colonização europeia massiva de outras sociedades do mundo, particularmente das sociedades ameríndias³¹. Colabora com nosso gesto de interpretação o verbete da Enciclopédia Britannica a que fizemos referência anteriormente, quando este traz que “o Renascimento também testemunhou a descoberta e exploração de novos continentes, a substituição do sistema astronômico de Copérnico pelo de Ptolomeu (sic), o declínio do sistema feudal e o crescimento do comércio”³². Dando ênfase à questão dos saberes (antigos, gregos e latinos) no período, o nome “Renascimento” para esse período acaba por destacar (separar) a vida cultural de alguns centros urbanos europeus. Para Koselleck (2014 [2000]),

esses nomes de períodos e épocas, inicialmente vinculados a temas específicos, não conseguem -

como propostas de periodizações generalizantes - cumprir seu papel de captar a multiplicidade de manifestações históricas. Além disso, esses conceitos de períodos permanecem limitados à história europeia e só podem ser aplicados de forma metafórica a outras culturas (2014 [2000], p.273).

Se é certo que, em alguns momentos do texto, Auroux (1992) menciona a colonização enquanto parte do processo de gramatização, ainda assim, como demonstraremos, o autor o faz retirando da colonização das Américas e de outros territórios seu papel de dínamo propulsor de transformação das condições materiais de produção do “sistema-mundo” moderno. Auroux (1992) afirma, por exemplo, que o surgimento da imprensa é um elemento decisivo para a gramatização dos vernáculos europeus, porque “a imprensa permite, com efeito, a multiplicação do mesmo texto” e diminui, assim, “o custo de cada exemplar”, aumentando então sua difusão. A este respeito Auroux (1992, p.51) é categórico: “com a imprensa, o fenômeno da escrita da língua muda de dimensão”.

Ao mesmo tempo que Auroux (1992) toma a imprensa enquanto condição de possibilidade para a gramatização, toma como improvável uma relação causal entre gramatização dos vernáculos e colonização (AUROUX, 1992, p.62, nota 38). Há nisso o recalçamento efetivo de um princípio básico: são as colônias que, a partir do século XVI, financiam, do ponto de vista do fornecimento de mão-de-obra e da produção de riquezas, todas as práticas culturais europeias. Da confecção das máquinas de imprensa à produção do papel, são os corpos colonizados que fazem girar a cadeia produtiva.

Ao tomar uma posição contra-colonial e materialista, entendemos que, quando Auroux (1992) fala de Renascimento e de instrumentos linguísticos, ele estaria deixando de falar de colonização ou, ao menos, da colonização como condição material para o enriquecimento dos centros urbanos europeus, de produção de um excedente de mão-de-obra que poderá se dedicar à produção de saberes etc. Em *A Revolução Tecnológica da Gramatização*, a questão colonial é mencionada quando Auroux (1992) afirma:

O que se passa na Europa, durante o Renascimento, no domínio dos saberes linguísticos [...] não tem comparação, se pensarmos noutras culturas. [...] Enfim, a exploração do planeta, a colonização e a exploração de vários territórios encetam o longo processo de descrição, na base da tecnologia gramatical ocidental, da maior parte das línguas do mundo [...] (AUROUX, 1992, p.29; grifos nossos).

O Renascimento, enquanto marco histórico elegido por Auroux (1992) para definir o processo de gramatização, é significado no complemento circunstancial de tempo – *durante o Renascimento* – e então o fenômeno da gramatização passa a ser condicionado temporalmente. Quando temos a “colonização”, ela aparece significada em uma enumeração de fases processuais que aconteceram *dentro* da larga temporalidade do Renascimento: *dentro* do Renascimento, teríamos a) os contatos linguísticos, “em seguida” b) o desenvolvimento do livro/da imprensa, e “enfim” c) a exploração do planeta, a colonização e a exploração de territórios.

No ensaio sobre “A historicidade das ciências”, Auroux (2008) afirma que “o historiador não pode se contentar em utilizar uma temporalidade extrínseca” e que “para atribuir uma data [a um conhecimento] é necessário construir uma permanência ou uma identidade para os conhecimentos” (AUROUX, 2008, p.137). É isso o que empreende quando afirma, posteriormente, que

[a] partir do Renascimento, observamos notáveis mudanças no funcionamento do *domínio de objetos*. Há inicialmente o aparecimento de novos dados, o que chamamos de “revolução tecnológica da gramatização”: sob a pressão do nascimento dos Estados-nação, dotam-se os vernáculos de instrumentos linguísticos (gramáticas, dicionários), enquanto que as grandes descobertas levaram, simultaneamente, a iniciar a gramatização, sem precedentes na história da humanidade, do conjunto de línguas do mundo (AUROUX, 2008, p.149).

Entendemos que Auroux (1992), ao considerar o peso da formação dos Estados Nacionais para a gramatização, está sim considerando as relações de poder. No entanto, se o processo de constituição dos Estados-nação é central à produção dos instrumentos linguísticos, não é menos central o fato de que a maioria desses estados se tornará metrópole dos territórios invadidos. Tomando-se as datas do quadro cronológico em que Auroux (1992) insere marcos do processo de gramatização dos vernáculos europeus, é importante observar que muitas dessas línguas já não são apenas as línguas oficiais desses estados, mas também a língua das cartas, relatos de descoberta e da administração colonial. Já em Nebrija – como lembra o próprio Auroux (1992, p.49) – lemos que uma das utilidades de sua *Grammatica castellana* (1492) seria “[q]ue despues que vuestra alteza metiesse debaxo de su iugo muchos pueblos barbaros & naciones de peregrinas lenguas: & con el vencimiento a aquellos ternian necesidad de recibir las leyes: quel vencedor pone al vencido & con ellas nuestra lengua”. Assim sendo, não é apenas o período “testemunha” da “descoberta” e colonização das Américas, nem mesmo a gramatização apenas “consequência” da formação dos Estados-nação.

O critério de datação no Renascimento se dá pela produção de novos objetos e sua irreversibilidade, e pelo fato de a produção desses novos objetos constituir uma mudança que se perpetua (AUROUX, 2008, p.137). Maldonado-Torres (2008), justamente, diz que o conceito de Renascimento tende a “apagar o significado da espacialidade e da colonialidade” (MALDONADO-TORRES, 2008, p.88). E que, ademais, os ideais humanistas e racionalistas (retomados dos clássicos gregos) são fundamentalmente condicionados pela “descoberta do outro” americano e pela “objetificação do outro” africano, isto é, pela construção de uma intersubjetividade moderna, na relação de europeus e racializados.

Do ponto de vista do político, então, Auroux (1992) divide o real da História a partir de uma perspectiva que não é capaz de se deslocar da posição enunciativa europeia, e assim marca o *tempo* do fenômeno que analisa através de uma *espacialidade* específica, a europeia. Se nos posicionamos na América Latina, o *tempo* a que Auroux (1992) se refere é uma *temporalidade* aberta, que ainda produz efeito. Ou seja, que “renascimento” seria possível enunciar de nosso lugar, se, conforme o próprio autor admite (apenas na nota 31 do livro), “estima-

se que a população ameríndia passou dos 60 milhões de indivíduos a uma vintena no primeiro quarto de século da conquista. Os europeus, ao mesmo tempo em que seus catecismos e suas tecnologias, trazem epidemias, guerras, escravidão e desorganização social” (AUROUX, 1992, p.62)? Nessa esteira, poderíamos ainda perguntar: *renascimento de quem?* Renascimento, portanto, só pode ser dito de uma posição-sujeito europeia. Afinal, a *temporalidade* que a Europa chama de Renascimento, nós chamamos de *Mortandade/Genocídio*. Os sentidos de vida e morte aqui se opõem para além da discussão de vitoriosos e vencidos: a importância subjetiva pode ser analisada pela profundidade de covas rasas anônimas, e mesmo que se façam presentes em memória e em permanência, é preciso, portanto, lidar politicamente com esse luto que nos constitui enquanto território-cemitério.

Na nota 31, citada acima, podemos observar como a reflexão de Auroux preserva estruturas coloniais, ao opor dois conjuntos de elementos simultaneamente trazidos pelo europeu à América: a) “epidemias, guerras, escravidão e desorganização social” e b) “catecismos e [...] tecnologias” (AUROUX, 1992, p.62). Sugere-se, assim, que os primeiros presentes de grego (sejam esses espanhóis ou portugueses) - explicitamente negativos - não tenham sido produzidos pelos segundos - igualmente negativos de uma perspectiva *ladinoamef리카na*, uma vez que são validados pela colonialidade. A justificativa da colonização, como projeto de dominação política e econômica dos territórios mundiais pelos europeus, se estabeleceu justamente sobre a distinção entre “desenvolvidos tecnologicamente” e “atrasados”, entre os “religiosos, cristãos” e os “destituídos de religião, pagãos”; em suma, pela distinção que se estabelece entre “civilizados” e “bárbaros, selvagens”, ou ainda, entre “brancos/europeus” e “não-brancos/não-europeus”. Entre as tecnologias trazidas estavam não só o carro de boi, o engenho, a moenda de cana, nem só o canhão e o mosquete, mas também a gramática, o dicionário, os catecismos etc.

Auroux se basearia assim, tacitamente, na classificação social advinda da colonialidade (cf. QUIJANO, 2009). Como observamos anteriormente, a colonialidade como formação ideológica resultante da invasão e colonização dos territórios americanos, encetou (e manteve, na longa duração) uma distribuição das pessoas a partir de suas “naturezas” no controle do trabalho, dos recursos naturais e técnicos, do sexo, da autoridade, da produção de conhecimento. Quando Auroux

aborda a colonização a partir do “conhecimento / dominação sobre as outras culturas” (AUROUX, 1992, p.8-9) e fala da revolução tecnológica da gramatização europeia como um fenômeno muito diferente do que acontece “noutras culturas” (AUROUX, 1992, p.29), há um efeito de silenciamento da posição de sujeito-histórico de seu ‘outro’ colonizado/racializado.

Orlandi (1990), ao analisar os discursos e relatos das “descobertas”, atenta para o fato de que

[o] princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso das descobertas, é reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico, o político. Os efeitos de sentido que até hoje nos submetem ao “espírito” da colônia são os que negam a historicidade e nos apontam como seres culturais (singulares), a-históricos (ORLANDI, 1990, p.15).

Essa distinção, “povos com história” e “povos sem história”, característica do discurso colonial, ratificada no neocolonialismo do século XIX, se constitui de alguma forma por um deslizamento parafrástico da divisão entre “povos com escrita” e “povos sem escrita” que valida a colonização do século XVI³³ como um empreendimento salvacionista e civilizatório em direção ao colonizado. Nesse movimento, os europeus trazem “seus catecismos e suas tecnologias” (AUROUX, 1992, p.62). O discurso “culturalista” colonial nega a existência do colonizado como “ser social” (sujeito-político, sujeito-de-direito, sujeito-da-branquitude), como nota Clóvis Moura (2019 [1988]) ao analisar criticamente o pensamento acadêmico brasileiro acerca do negro, “não como um ser socialmente situado numa determinada estrutura” (política e econômica), mas “como simples componente de uma cultura diferente” (MOURA, 2019 [1988], p.43). Com isso, o negro - e, diríamos, o sujeito colonizado de uma forma geral, ainda que em medidas diversas - não é compreendido como “agente social dinâmico” (MOURA, 2019 [1988], p.46), apagando-se sua inscrição nas *lutas de classes*³⁴.

Nisso, encontramos um traço do “historicismo moderado”, defendido por Auroux (2007, p.149), que mitiga a determinação

histórico-social³⁵, econômica e política, sobre a produção de conhecimento. Dessa maneira, Auroux (1992, p.29) entende que “as causas que agem sobre o desenvolvimento dos saberes linguísticos são extremamente complexas” – portanto, o Renascimento não seria causa, mas, como dissemos, circunstância temporal. Quando observamos a enumeração dessas “causas que agem”, notamos que, de algum modo, todas elas são determinadas pelo processo colonial disparado em 1492:

a administração dos grandes estados, a literarização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, o proselitismo religioso, as viagens, o comércio, os contatos entre línguas, ou o desenvolvimento dos conhecimentos conexos como a medicina, a anatomia ou a psicologia (AUROUX, 1992, p.29; grifo nosso).

A partir do século XVI, a administração dos grandes estados lidava, sobretudo, com a administração e a disputa pela administração de territórios coloniais, o que colocava a questão da identidade nacional a partir de uma relação de alteridade com o Novo Mundo. O proselitismo religioso foi o *modus operandi* europeu nas colônias: catequizar e converter para dominar é certamente a estratégia primeira na América Ibérica.³⁶

As viagens colonizadoras foram impulsionadas pela necessidade de ampliar as trocas comerciais, inclusive porque a questão material da fome se impunha como uma sombra constante para os europeus. Das viagens comerciais, os contatos entre línguas são ampliados exponencialmente. E, por fim, a empresa colonial se sustenta em práticas científicas que a todo tempo “provam” a inferioridade de ameríndios e africanos, a fim de criar condições para a escravização. Todas essas “causas que agem” no desenvolvimento dos saberes linguísticos são, sim, complexas, sobretudo, no que enredam a trama colonial.

Nessa mesma direção, Auroux (1992) afirma que onde já existe uma certa tradição linguística, “a necessidade de *aprendizagem de uma língua estrangeira* (...) é potencialmente a primeira causa de gramatização (...)” (AUROUX, 1992, p.46-47). Segundo o autor, a razão pela qual se aprendem outras línguas pode responder a diferentes

interesses práticos. Nesse momento, Auroux (1992, p.47) enumera esses interesses, e veremos que a *colonização* aparece em último lugar: “i. acesso a uma língua de administração; ii. acesso a um corpus de textos sagrados; iii acesso a uma língua de cultura; iv. relações comerciais e políticas; v. viagens (expedições militares, explorações); vi. implantação/exportação de uma doutrina religiosa; vii. colonização”.

Novamente aqui, se é o *tempo do Renascimento* que está determinando todos esses *interesses práticos*, é minimamente curioso que, novamente, o processo colonial apareça por último. Ao fazê-lo, Auroux marca uma posição que, a partir de nossa visada materialista histórica e da consideração da historicidade dos territórios que ocupamos como pesquisadores, não podemos reproduzir. O que Auroux parece pretender marcar é o advento da “revolução tecnológica da gramatização”, enquanto acontecimento que marca uma diferença na produção das primeiras gramáticas na Antiguidade. Assim, apesar de Auroux (1992) elencar a colonização entre os interesses práticos para o aprendizado de línguas, o autor não a reconhece enquanto condição de possibilidade para as transformações sociais empreendidas a partir do século XVI. Em contrapartida, afirmamos que a empreitada colonial condiciona as relações materiais globalmente, conforme discutimos na seção anterior.

Se o sétimo lugar da colonização na lista de Auroux (1992) poderia ser mera casualidade, esta não se sustenta em função da argumentação que vem a seguir. Auroux (1992) menciona a lista de (i) a (vi) para compreender, por exemplo: “o desenvolvimento considerável do estudo do antigo francês na Grã-Bretanha” em relação com a “conquista normanda” (AUROUX, 1992, p. 47-48); o favorecimento do latim e do grego; o acesso aos textos hebraicos, caldeus, aramaicos etc.; o caso do provençal. E, quando finalmente chega a falar dos “acontecimentos decisivos para a história da nação espanhola” (AUROUX, 1992, p.48), o faz novamente sem se deslocar de uma perspectiva europeia hegemônica e dando papel coadjuvante ao impacto desses acontecimentos para a América Ibérica. Segundo Auroux (1992, p.49), estes acontecimentos seriam: “o casamento dos reis católicos, a Queda de Granada, e a viagem de Colombo, isto é, a unificação, o fim da *reconquista* e o início da construção do império colonial”. O efeito, portanto, é o de que a colonização é fato entre fatos, mas nunca

condicionante da gramatização. Quando trata da construção do império colonial, admite, em nota, que o “custo para a humanidade é considerável” (AUROUX, 1992, p.62), em função dos milhões de indígenas assassinados no primeiro quarto de século da “conquista”.

Do nosso ponto de vista, trata-se de um idealismo colonizatório. Admitir que 40 milhões de pessoas são assassinadas na América e não ver nesses assassinatos uma condição material para a profunda mudança da “ecologia da comunicação humana”, que dá “ao Ocidente um meio de conhecimento / dominação sobre as outras culturas do planeta” (AUROUX, 1992, p. 8-9), só é possível abstraindo o fato de que línguas pressupõem pessoas que falam essas línguas. Se essas pessoas são assassinadas massivamente, é impossível que essa “ausência” não impacte materialmente a “ecologia da comunicação”. Dizimar populações inteiras é também o modo de fazer com que outras línguas se tornem hegemônicas, na medida em que ocasiona um desequilíbrio nas relações de força entre pessoas que falam línguas diferentes.

A partir da análise a respeito do lugar da colonização na obra de Sylvain Auroux, é interessante observar que, no modo como se desenvolve o campo da História das Ideias Linguística no Brasil em articulação à Análise de Discurso (cf. NUNES, 2008) e à Semântica da Enunciação, a colonização é justamente o ponto de partida para a reflexão sobre a constituição e instrumentalização da língua portuguesa e demais línguas faladas em nosso território.

O modo de se fazer História das Ideias Linguísticas no Brasil, ao tomar uma posição materialista frente à linguagem e à história - frente, portanto, ao simbólico - produz uma diferença importante no que concerne à proposição de Auroux (1992) sobre o Renascimento, enquanto contexto da gramatização massiva das línguas. Na próxima sessão, retomamos trabalhos que tratam dessa diferença e percorremos as primeiras publicações coletivas do grupo brasileiro de HIL a fim de demonstrar que a centralidade do problema da colonização está posta desde o início dos trabalhos do grupo brasileiro.

4. História das Ideias Linguísticas: uma (tomada de) posição materialista frente às problemáticas da colonização

Essa tomada de partido obriga a discernir as posições que, no campo de batalha filosófica,

precisam urgentemente ser abandonadas daquelas posições que, mais do que nunca, é importante ocupar e defender, sob a condição de que sejam ocupadas e defendidas de um modo diferente.

Michel Pêcheux

A História das Ideias Linguísticas do Brasil (FERREIRA, 2018) trabalha a partir de uma perspectiva materialista (ELIAS DE OLIVEIRA, 2018) desde o primeiro projeto coordenado por Eni Orlandi na década de 80, tomando o problema da colonização como parte das condições de produção das questões linguísticas no Brasil. Quando marcamos, junto com Ferreira (2018) e Elias de Oliveira (2018), essa diferença na *posição brasileira*, o intuito é contrário a qualquer ufanismo ou nacionalismo: referimos, isto sim,

ao fato de que o espaço - lugar de intersecção do real, do imaginário e do simbólico – é fator constitutivo das condições de produção do discurso. Quando [Eni] Orlandi passa a fazer AD no Brasil (essa unidade imaginária, quero dizer, em São Paulo capital, depois Campinas etc.), não faz uma recepção, nem uma transposição da obra de Pêcheux [*nesse caso, de Auroux*], como se fosse possível transplantar uma teoria impunemente. É brasileira então no sentido de que o espaço é constitutivo das condições de produção (MACHADO, 2015, p.134, nota 124, *itálico* nosso).

Apesar, então, de o termo *instrumentos linguísticos*, proposto por Auroux (1992), continuar sendo utilizado, isso é feito por meio de um deslocamento materialista justamente porque está posto o problema da colonização e da colonialidade³⁷.

Elias de Oliveira (2018) tratou dessa questão em uma análise a respeito dos dicionários “informais”. Ao dizer que entre os grupos francês e brasileiro de HIL o diálogo sempre respeitou as diferentes posições epistemológicas de cada grupo, a autora afirma que os dois grupos divergem na compreensão da história - enquanto o grupo francês

parte de um *historicismo moderado*, os trabalhos liderados por Eni Orlandi e Eduardo Guimarães partem de uma posição materialista.

Essa diferença de posições marca de modo decisivo o fazer em História das Ideias Linguísticas do Brasil. Ao tomar uma posição materialista, a consideração das condições materiais de produção vem à tona de modo incontornável. Segundo Orlandi e Guimarães (1996), é preciso compreender a constituição das ideias linguísticas em território brasileiro a partir dessas condições específicas. Isso porque

tomar essa posição é reconhecer, na produção do conhecimento linguístico brasileiro, mais do que uma simples influência das ideias europeias. É tornar visível a maneira como, ao trabalhar essas ideias, em sua historicidade, ela constrói seu lugar próprio na história das ciências (ORLANDI; GUIMARÃES, 1996, p.15).

Se não há, segundo os autores, “como tratar a história das ideias fora das condições históricas” (ORLANDI; GUIMARÃES, 1996, p.9), no Brasil a *especificidade* dessas condições passa então pela questão colonial. Por isso que os autores afirmam que, dentro da história das ideias linguísticas no Brasil, deve-se considerar a “constituição de um saber linguístico (metalinguístico) nas condições próprias da história brasileira: a história de uma colônia portuguesa que se torna um Estado independente no início do século XIX” (ORLANDI; GUIMARÃES, 1996, p.9).

Já em *Terra à vista*, Orlandi (1990, p.251, grifos nossos) sustenta que a colonização é um discurso que marca profundamente o discurso moderno: “isso é uma guerra. Aí se jogam sempre os limites do dizer. Há séculos. E esse discurso moderno que acabamos de reproduzir em parcelas não foge ao discurso da colonização. É uma reação que vem do seu interior”. Essa compreensão, uma marca importante nos trabalhos da autora, permite que o empreendimento colonial nas Américas seja descolado dos sentidos de “encontro” e de “contato”, que até hoje marcam alguns estudos linguísticos no Brasil. Para Orlandi (1990), trata-se de um discurso de *confronto*, tal como aparece significado no subtítulo de *Terra à vista – discurso do confronto: velho e novo mundo*.

Não se trata de uma mera substituição lexical. A deriva de confronto por contato/encontro traz para o foco o próprio do político na linguagem. Se, como diz a autora, *isso é uma guerra*, é no e pelo discurso que podemos compreender o que está em jogo nesse campo de batalhas. O discurso, zona de duelo, embate e divisão, passa a ser uma materialidade relevante então para compreendermos as idiossincrasias do funcionamento colonial latino-americano enquanto funcionamento ideológico, idiossincrasias essas que marcam inexoravelmente o funcionamento linguístico. O deslocamento de contato linguístico para confronto é importante, porque a “instalação” da língua portuguesa no Brasil passa então a ser lida como sintomática da dominação colonial.

O estudo da História das Ideias Linguísticas empreendido no Brasil passa, necessariamente, pelo estudo da colonização e da compreensão desse funcionamento colonial. Produz-se, assim, uma história que é da língua, e que por isso pode dizer algo sobre a história social e cultural. Essa tomada de posição frente à história das ciências afeta de modo importante o próprio modo de produzir teoria. Segundo Eni Orlandi (2009), em entrevista ao *Jornal da Unicamp* a respeito do livro *Língua brasileira e outras histórias*, é importante que passemos a produzir nossas próprias teorias, que levem em conta a colonização, compreendendo o modo como as línguas foram afetadas pelos processos coloniais,

e não mais usar as teorias de países colonizadores que, na maior parte das vezes, estacionam em um sentido de “mudança” próprio para falar da mudança do latim para o português, o francês etc., mas têm pouco a dizer sobre a mudança do português para o brasileiro (ORLANDI, 2009, s/p).

Em *História das Ideias Linguísticas – construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional* (ORLANDI [org.], 2001), a relação entre a área de HIL e a questão colonial aparece formulada de modo decisivo:

propus que nosso programa de pesquisa aliasse a história da construção do saber metalinguístico com a história da constituição da língua nacional,

visando trazer contribuições específicas ao modo de pensar e trabalhar a questão da língua nos países de colonização. Tomava assim uma posição face à história das ciências. (ORLANDI, 2001, p.7, grifos nossos)

Nesse trecho, podemos parafrasear os sintagmas grifados para dizer que *pensar e trabalhar a questão da língua nos países de colonização é uma tomada de posição*. Essa tomada de posição implica considerar que as ciências não têm um curso “natural” que pode ser apreendido pelo atravessamento de um trabalho puramente historiográfico. *Tomar posição* e engendrar a colonização enquanto *topos* decisivo para o estudo da História das Ideias Linguísticas no Brasil é justamente considerar, conforme explicitamos anteriormente, que os discursos disparados em 1492 e que significam a nós, latinoamericanos, são discursos em que inevitavelmente estaremos significados como “outros”. Quando tomamos posição e encaramos a colonização como processo incontornável para compreender nossas questões linguísticas e políticas, estamos assumindo a possibilidade de *falar por nós mesmos*.

A possibilidade de falar por nós ao invés de sermos falados implica necessariamente uma posição frente ao trabalho teórico. É preciso “estar atento e forte”, como na canção de Caetano e Gil, em 1968, para que as relações de trabalho entre América Latina e Europa não sejam apenas a reprodução das lógicas coloniais de subserviência. Em um gesto, a nosso ver, contra-colonial, Orlandi (2001) afirma que, no trabalho de cooperação entre as duas equipes, para os europeus do Oeste era “inadmissível falar em Nação sem pressupor a existência do Estado”, mas que para “povos cuja história passa pela colonização ou outras formas de dominação em que o estrangeiro domina, temos elementos para falar em formação da língua nacional antes mesmo que o Estado brasileiro já esteja constituído com todas as letras” (ORLANDI, 2001, p.12-13, grifos nossos).

Nesse *gesto contra-colonial*, em que não se aceita simplesmente a transplantação de uma ideia vinda da Europa para o solo “ladino amefricano”, vemos aquilo que é próprio do fazer em História das Ideias Linguísticas no Brasil: uma atitude de não-subserviência ao estrangeiro, fissurando então a lógica colonial, que é aquela em que *o estrangeiro domina*. Fazer HIL, a partir dos inúmeros deslocamentos

conceituais e teóricos que vem sendo empreendidos pelas equipes brasileiras de pesquisa, tem sido justamente a batalha expressa na máxima de Édouard Glissant (1990, p.46): “aja no seu local e pense com o mundo”.

Além disso, podemos compreender esse movimento como um processo de “desidentificação”³⁸, tal como colocado por Pêcheux (2009 [1975]), em *Semântica e discurso*, numa perspectiva que se orienta em oposição a determinado ideal de ciência que considere o sujeito-deciência, no caso o linguista/semanticista/analista do discurso, como alguém dotado de um olhar que “pára sobre a face das águas”, um olhar a partir de lugar nenhum. Coloca-se, portanto, em oposição a uma ideia de que a prática de produção dos conhecimentos realize uma “dessubjetivação do sujeito” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p.201). Haveria assim “um *trabalho* (transformação-deslocamento) *da forma sujeito*” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p.201-202) produtora de um efeito de desidentificação, realizada por um processo de apropriação dos conceitos científicos e uma identificação política; um processo que envolve *tomadas de posição* (PÊCHEUX, 2009 [1975], p.182). Ao se desidentificar com a forma-sujeito ideal da formação discursiva eurocêntrica e racionalista, o historiador das ideias linguísticas no Brasil toma posição em relação ao seu próprio estatuto de “sujeito colonizado” (cf. MEMMI, 2007 [1985]; ORLANDI, 1990).

O lugar privilegiado em que a questão colonial vai sendo colocada no estudo da história das ideias linguísticas nos leva a repensar a própria natureza (colonial) dos *instrumentos linguísticos*. Silva Sobrinho (2011) demonstra de maneira frutífera, por exemplo, que o Museu da Língua Portuguesa pode, em alguma medida, ser considerado um instrumento linguístico. Segundo o autor, esse tipo de compreensão é possível pelo encontro da História das Ideias Linguísticas com a Análise de Discurso e, acrescentaríamos, com a Semântica da Enunciação desenvolvida por Eduardo Guimarães. “Como tem demonstrado Orlandi em suas pesquisas (...), o fato de termos uma história de colonização e de descolonização, fez surgirem entre nós, além da gramática e do dicionário, outras formas de instrumentos linguísticos” (SILVA SOBRINHO, 2011, p.97).

Esse gesto, de aproximar a crítica ao processo colonial da compreensão dos instrumentos linguísticos e do estudo da História das Ideias Linguísticas pode ser visto em muitos trabalhos da área,

conforme dissemos. Em *Colonização Linguística*, Mariani (2001), de início, já afirma que “tematizar a trajetória histórico-política constitutiva da institucionalização da língua portuguesa do Brasil é estabelecer uma relação com o projeto colonizador português de civilizar o Novo Mundo” (MARIANI, 2011, p.21, grifo nosso). Quando a autora caracteriza o que ela chama de *colonização linguística no Brasil*, a terceira característica materializa justamente o enlace entre colonização e instrumentos linguísticos:

Tão importante quanto a imposição da língua de colonização é o aprendizado das línguas desconhecidas. Na colonização brasileira, esse aprendizado ou se realizou oralmente ou em função da gramatização, como decorrência das formas como ia se dando o contato: inicialmente, as línguas, e depois os colonos e os bandeirantes, por exemplo, aprendiam oralmente; já com os religiosos, tanto ocorre uma oralização quanto ocorre um ensino-aprendizado a partir das gramáticas e vocabulários que vão sendo escritos (MARIANI, 2001, p.30, grifos nossos)

Nessa relação estabelecida por Mariani (2001), em que impor uma língua é tão importante, no projeto colonial, quanto aprender as línguas desconhecidas, a gramatização é um meio para que a colonização aconteça. Essa relação entre colonização e gramatização é uma regularidade nos estudos de HIL no Brasil, desde os primeiros trabalhos de Eni Orlandi, e vemos que permanece na reflexão de pesquisadoras/es que fizeram parte dessa equipe.

Em “Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas”, Carolina Rodríguez (2011) produz um sintagma que já é a percepção da crítica que empreendemos nesse trabalho: “gramatização massiva a partir das grandes empresas colonizadoras renascentistas” (RODRIGUEZ, 2011, p.200). Para a autora, portanto, a gramatização massiva das línguas latino-americanas pode se dar por meio de um projeto que é colonial e renascentista. Demonstra, assim, que o imaginário ocidental que age na colonização brasileira - e aqui estendemos à América Latina - orientou o processo de “de instrumentação das línguas e dos novos espaços

descobertos pelos portugueses” e conformou “relações de força particulares com seus habitantes, que se projetarão no tempo na nova sociedade constituída” (RODRÍGUEZ, 2011, p.200).

No que tange aos instrumentos linguísticos, considerar o processo colonial impetrado contra o continente americano permite que o grupo brasileiro de HIL, como já salienta Orlandi (2011, p.17), analise “catecismos, fragmentos de textos didáticos inscritos em relatos, listas de palavras”, além de “ensaios, textos científicos diversos, periódicos e outros materiais que concorrem para a formação do imaginário que sustenta a constituição da (unidade da) língua nacional, falando sobre sua pureza, sua natureza etc.”.

O surgimento de outros instrumentos linguísticos, que não apenas gramáticas e dicionários, afeta sobremaneira a constituição das línguas nacionais na América Latina. Ao pensar a questão colonial com Césaire (2010 [1950]), podemos dizer que essas outras formas de instrumentos linguísticos também afetam os países colonizadores, na medida em que os colonizadores não ficam imunes àquilo que fazem contra colonizados.

Se alguns instrumentos linguísticos são, pois, resultado de relações coloniais e se a gramatização massiva das línguas nos séculos XV e XVI são determinadas e determinantes pela/da empresa colonial, podemos nos perguntar até que ponto, enquanto produtos, eles também produzem, reproduzem, formulam e fazem circular sentidos coloniais para os novos mundos. Além disso, é possível perguntar até que ponto temos possibilidades contra-coloniais, se ainda cremos nas ferramentas linguísticas da colonização.

Dicionários, gramáticas, museus, sermões, currículos, livros didáticos etc., enquanto *instrumentos linguísticos*, são ferramentas eficazes, até hoje, para a circulação de sentidos coloniais na América Latina. A colonialidade, por sua vez, enquanto *filosofia espontânea* do capitalismo, responde a uma estrutura móvel e ativa, ao articular opressões cruzadas de raça, gênero, sexualidade, território, classe, idade, nacionalidade.

A articulação entre colonização e saber linguístico no Brasil se dá, portanto, sob a forma da duplicidade desses aparatos: *instrumentos linguísticos / ferramentas da colonização*; duplicidade essa que poderemos observar no “Diálogo sobre a conversão do gentio”, do Pe. Manuel da Nóbrega (2017 [1556-1557]). O texto encena uma

“interlocução” entre dois personagens, ambos cristãos, Gonçalo Álvares (jesuíta missionário) e o ferreiro Mateus Nogueira.

São essas as duas profissões [lingoa e ferreiro] primeiras que se apresentam já no início do Brasil. Trabalhar as línguas em suas diferenças, e martelar o ferro em fogo, eis as tarefas necessárias que apontam para dificuldades quase intransponíveis. Intransponíveis para quê? Para dar ao país a “cara” que ele não tem. A marteladas. (ORLANDI, 1993, p. 20)

Os interlocutores do “Diálogo” fazem apontamentos e queixas acerca da dificuldade de converter, de maneira duradoura, os indígenas. Consideram, nesse ensejo, que se tivessem um rei seria mais fácil aceitarem um Deus; da mesma forma, ao converterem-se, isso ajudaria a se submeterem ao rei (de Portugal, no caso) e, com isso, tornaram-se “servos”. Os personagens estão desanimados com a ausência de segurança dos poucos resultados de sua empreitada cristianizadora, dialogam sobre a humanidade (“proximidade”, no sentido do “próximo” evangélico) dos indígenas e, ao mesmo tempo, tecem relações entre os trabalhos empreendidos por ambos como meios de salvarem a si mesmos. Comparam assim a palavra do jesuíta com os utensílios de ferro criados pelo ferreiro:

[3] Mateus Nogueira: (...) A minha forja, de dia e de noite, e o meu trabalho não me renderá nada entre eles (...)?

Gonçalo Álvares: (...) As vossas foices, machados, muito bons são para roçardes a mata de vossos pecados, no qual o Espírito Santo plantará muitas graças e dons seus, se por seu amor trabalhais. (NÓBREGA, 2017 [1556-1557], p.204; grifos nossos)

[4] Gonçalo Álvares: Logo de que me aproveita a mim minha língua?

Mateus Nogueira: Ah! ah! ah! Sabeis de que me rio? De me perguntar desde que aproveita a vossa língua, porque vos pergunto de que aproveita a minha forja!...

[...]

Gonçalo Álvares: (...) os ofícios são diferentes, porque o meu é falar, o vosso fazer.

Mateus Nogueira: Não é logo diferente o fim [a conversão], porque cada um de nós há de fazer o seu. (NÓBREGA, 2017 [1556-1557], p.206-207; grifos nossos)

Em [3] e em [4], podemos observar um paralelismo (explicitado pela fala de Mateus Nogueira, que acha graça na semelhança) entre os ofícios de ferreiro e missionário, entre *falar* e *fazer*. O instrumento linguístico, a fala do missionário, apresentado como uma “língua” (NÓBREGA, 2017 [1556-1557], p.220), e os instrumentos forjados pelo ferreiro se colocam como ofícios e aparatos (tecnológicos) que se voltam à produção dos mesmos efeitos. Permitem-nos assim compreender que ambas se convertem, dadas às condições histórico-materiais encontradas em ferramentas da colonização.

Com isso, evidencia-se o caráter material dos dois “ofícios” e seus aparatos, ao mesmo tempo como instrumentos de produção (infraestrutura) e de reprodução (superestrutura). Os instrumentos linguísticos permitem a reprodução da ideologia cristã, fundante da colonização, da mesma forma que permitem a produção do indígena como trabalhador para a metrópole e os jesuítas; os apetrechos do ferreiro permitem a produção de instrumentos de trabalho e da manutenção de uma ordem laboral “pré-capitalista”.

Tanto no uso dos instrumentos linguísticos quanto no dos aparatos de ferro (como ferramentas da conversão, logo da colonização), fala-se de mudança, passagem - transformação de uma “matéria-prima” para um outro estado. Há uma complementaridade entre a forja (dos bens materiais) do ferreiro e a forja (dos bens não materiais) do missionário-língua; trabalhos diferentes, mas que se igualariam, haja vista a comparação feita pelo autor - expressa na fala de Mateus Nogueira - acerca dos indígenas brasileiros como “ferro” a ser malhado pela palavra:

[5] Mateus Nogueira: Da parte do gentio digo que uns e outros tudo são ferro frio, e que quando Deus quiser meter na forja logo se converterão; e se estes na frágua de Deus ficaram para se meterem no fogo por derradeiro, o verdadeiro ferreiro, senhor do ferro, lá sabe o porquê (...) (p.223)

Tanto a forja do ferreiro quanto a “forja” do missionário precisa do fogo para funcionar. A metáfora da palavra como fogo inscreve a ação missionária colonial na memória bíblica da narração do livro dos “Atos dos apóstolos” (BÍBLIA, Atos, cap. 2, v.1-13), quando os apóstolos receberam “línguas de fogo” caídas do céu para poderem transmitir as mensagens cristãs aos povos falantes de outras línguas. O fogo que faz derreter o ferro para moldá-lo, transformá-lo conforme os desígnios do ferreiro, equipara-se ao fogo (da palavra do missionário-língua) no sentido de moldar a alma do “gentio”.

Tal paralelo nos permite reafirmar o posicionamento epistêmico, por conseguinte, político, de uma História das Ideias Linguísticas do/no Brasil, dito de outra forma, compreender a relação constitutiva que atrela os instrumentos linguísticos às ferramentas da colonização. O uso desse nome, “ferramentas (linguísticas) da colonização”, que consideramos adequado, nos permite evidenciar o movimento de trabalho de transformação de matérias-primas (a língua, a relação intersubjetiva, etc.) que se estabelece a partir do modo de produção e das relações sociais características da colonização. Os instrumentos linguísticos, tal como desenvolvidos pelo Ocidente desde a Antiguidade, passam a ter um funcionamento específico com a colonização e a mundialização do mercado. Ademais, consideramos tal discussão no âmbito das contribuições trazidas pelos Estudos Decoloniais (Quijano, Grosfoguel, Dussel e outros) e pelos Estudos Pós-coloniais (Césaire, Fanon, Memmi e outros), uma vez que nos permitem observar a colonialidade como a formação ideológica sobre a qual se desenvolvem as reflexões sobre linguagem, ensino e tradução nos países latino-americanos.

5. Conclusões

Ao longo deste trabalho, discutimos a noção de modernidade trazida pelo pensamento europeu e também seu deslocamento, quando atentamos para a questão, da posição do colonizado. Com isso, observamos que a despeito das inúmeras contribuições de Michel Foucault para refletirmos sobre o assunto, torna-se necessário compreender, tomando posição materialista e contra-colonial, a invasão e conquista dos territórios americanos como o acontecimento que promove uma ruptura na produção de saberes, assim como na organização dos grupos humanos e das relações de poder em nível global. Dessa forma, não é possível considerarmos a questão a partir do Renascimento, como o faz Auroux (1992), uma vez que essa periodização não se descola da Europa como centro e não dá o devido peso à mundialização e aos processos políticos e econômicos que se desenvolvem a partir das relações entre Europa e América (e África). A partir disso, foi-nos possível refletir sobre o conceito de instrumentos linguísticos, tal como desenvolvidos por Auroux (1992) e sua transvaloração no pensamento de Eni Orlandi, Eduardo Guimarães e tantos outros historiadores das ideias linguísticas e estudiosos da semântica e do discurso, respaldados em uma perspectiva materialista histórico-dialética.

Situamos, portanto, os instrumentos linguísticos em sua correlação com o projeto colonial, atribuindo-lhes o papel constitutivo de ferramentas da colonização, conforme nos permite a aproximação realizada pelo Pe. Manuel da Nóbrega, no seu “Diálogo da conversão do gentio” (2017 [1556-1557]). Com isso, reafirmamos nossa tomada de posição, o giro contra-colonial que se busca empreender na “assimilação criativa” (cf. SARR, 2019) dos estudos do discurso e da ampliação do campo da História das Ideias Linguísticas no Brasil.

Para tanto, como ressalva, evocamos um itã de Ogum, orixá das forjas e da tecnologia, cultuado nos candomblés brasileiros, na Regla de Osha-Ifa, no Caribe e em diversas regiões de África, assumindo traços semelhantes com outras divindades dos panteões dos povos da diáspora. Nesse itã (história de caráter mítico), narra-se o encantamento de Ogum, o momento em que o orixá, após ter vindo viver entre os humanos para melhor conhecer suas dores e anseios, resolve retornar ao plano imaterial, movido por grande decepção. Segue-se sua

narração, conforme reelaborada por Awofá Ogbebara (2001) e Prandi (2019).

Nas duas versões, Ogum retorna, após uma guerra, à cidade de Irê, onde era o governante, mas, ao invés de ser celebrado, como sempre acontecia, é recebido em silêncio. Encolerizado, o orixá corta a cabeça de seus súditos até que, caída a noite, é advertido de que o povo ficara em silêncio em virtude de um ritual em respeito aos antepassados. De acordo com a narração de Awofá Ogbebara (2001), tal ritual havia sido marcado para aquele por artimanha de um feiticeiro maléfico a quem Ogum perseguia e que, aproveitando-se da ausência do orixá, se aproximara dos moradores de Ifé. Nas duas versões, observando o mal uso das ferramentas com que dotara os humanos - Ogum é o criador da forja, dos instrumentos da agricultura e das armas de guerra -, o orixá desiste de viver entre os homens e encanta-se (deixa o mundo material sem experienciar a morte).

O itã serve a transmitir a noção de que não são os objetos (em suas essências) que podem ser designados por essa ou aquela função, mas pelo modo como se articula dentro das “lutas de classes”; não se trata de apreendê-los em sua forma e sua função, mas em seu funcionamento, a partir de suas específicas condições de produção. Dessa forma, o “mesmo” instrumento linguístico se transforma a partir do território em que se desenvolve. A espada que mata o inimigo não é a mesma que mata o “hermano”; o fogo religioso não é o mesmo fogo da compulsória conversão religiosa.

Por isso, ao nos dedicarmos à investigação desses objetos na América Ladina - como nos ensina Lélia Gonzalez, colhemos sabedoria ancestral e nos aliamos a Ogum, seguindo um de seus orikis (tal como notado por Pierre Fatumbi Verger):

Oju (a)wa lé
A(wa) kò s(e) awada loni

Nosso semblante é severo.
Hoje nós não brincamos. (VERGER, 2012, p.204)

Afinal, diz Pêcheux, trata-se “de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade” (2009 [1983], p.57).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.
- ALTHUSSER, L. **Por Marx**. Trad. Maria Leonor F.R. Loureiro. Campinas: Editora da Unicamp, 2015 (1965).
- ALTHUSSER, L. **Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas**. Lisboa: Editorial Presença, 1967.
- ALTHUSSER, L. A corrente subterrânea do materialismo do encontro. Trad. Mónica Graciela Zoppi-Fontana. **Crítica marxista**, Rio de Janeiro, n.20, Editora Revan, 2005 (1982), p.9-48.
- ANDERSON, K.B. **Marx nas margens**: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais. Trad. Allan M. Hillani e Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2019.
- AUROUX, S. **Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- AUROUX, S. A historicidade das ciências. In: AUROUX, S. A. **A questão da origem das línguas**, seguido de A historicidade das ciências. Trad. Mariângela P. G. Joanilho. Campinas: Editora RG, 2008, p.123-158.
- AWOFÁ OGBEBARA. **Igbadu**: a cabaça da existência. 2.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia King James atualizada**. São Paulo: Sociedade Bíblica Ibero-americana; Abba Press; Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.
- CASANOVA, P. G. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A.A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (orgs.). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. S.l.: CLACSO, 2006, p.431-458.
- CASTRO, E. **Introdução a Foucault**. Trad. Beatriz A. Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. GROSFOGUEL, Ramón. (ed.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá, Siglo del Hombre Editores, 2007.
- CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Trad. Anísio G. Homem. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2010 (1950).
- DAVIS, A. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. In: **Portal Geledés**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as->

mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/.

Acesso em: 25 mar. 2021.

DUSSEL, E. **1492 El encubrimiento del Otro**. Buenos Aires: Docencia, 2012.

FERREIRA, A.C. A Análise de Discurso e a constituição de uma História das Ideias Linguísticas do Brasil. **Fragmentum**, [S.l.], n. ESPEC, 2018, p. 17-47. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/36580>. Acesso em: 18 de abr. de 2021.

FERRO, M. **A colonização explicada a todos**. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

FOUCAULT, M. O que são as Luzes? In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos II**. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 (1984).

GESCO. **Estudios decoloniales**: un panorama general. KULA: Antropólogos del Atlántico Sur, [S.l.], n.6, abr. 2012, p.8-21.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, [s.l.], v.31, n.1, jan./abr, 2016, p. 25-49.

GUIMARÃES, E. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.51, n.1, jan./jun, 2009, p.49-68.

GUIMARÃES, E. A argumentação como sustentação do alocutor (a propósito da “carta” dos escravos da Fazenda Santa em 1789. **III Jornada Semântica e Enunciação** - Abertura, Conferência: Eduardo Guimarães, Mesa Redonda 1. [S.l.], 7 abr. 2021. 1 vídeo (3h51). Publicado pelo Canal Audiovisual CDC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FChtRKzXDrc&t=2367s>. Acesso em: 18 de abr. de 2021.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Org. União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018 [1980], p.190-214.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em

primeira pessoa... Org. União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018 [1988], p.321-334.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 1: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999 (1932-1933).

HALL, Stuart. **O Ocidente e o Resto**. Discurso e Poder. Trad. Carla D'Elia. Rev. Téc. Bebel Nepomuceno. **Projeto História, São Paulo**, n. 56, pp. 314-361, Mai.-Ago. 2016. (1996) Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/30023/20834>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

KANT, I. O que é Esclarecimento? In: KANT, I. **Textos seletos**. Trad. Raimundo Vier e Floriano de S. Fernandes. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1985 (1784), p. 100-116.

KANT, I. Das diferentes raças humanas. Trad. A. Hahn. **Kant e-prints**, [S.l.], v.5, n.5, 2011 [1775], p. 10-26, Disponível em: <<https://www.cle.unicamp.br/eprints/index.php/kant-e-prints/article/view/414>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

KOSELLECK, R. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014 (2000).

LAGAZZI, Suzy. Delimitações, inversões, deslocamentos em torno do Anexo 3. LAGAZZI, Suzy; ROMUALDO, Edson; TASSO, Ismara. **Estudos do texto e do discurso: o discurso em contrapontos–Foucault, Maingueneau, Pêcheux**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, p. 311-332.

LOSURDO, D. Civilização, barbárie e história mundial: relendo Lênin. In: LOSURDO, D. **Liberalismo**: entre civilização e barbárie. Trad. Bernardo Joffily e Soraya B. Silva. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006 (1997). p. 9-62.

LOSURDO, D. **A luta de classes**: uma história política e filosófica. Trad. Silvia de Bernardinis. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (1923).

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, s.l., n.80, mar. 2008, p. 71-114.

MACHADO, I. **Nietzsche, o destino singular da linguagem**. Tese de doutorado orientada por Eduardo Guimarães. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, 2015.

MACHADO, I. **Abralin ao Vivo** – Semântica da Enunciação. Youtube, 26 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6CMJ4iu-IYY>

MARX, K. **Miséria da filosofia**: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017 (1847).

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política, livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017 (1867).

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010 (1848).

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador**. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (1985).

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva 2019 (1988).

NEBRIJA, M.A.E. y S. **Grammatica castellana**, 1492.

NÓBREGA, Pe. **Manuel da. Diálogo sobre a conversão do gentio**. In: NÓBREGA, Pe. Manuel da. **Obra completa**: edição comemorativa - 5º centenário de nascimento (1517-2017). Org, Paulo Roberto Pereira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2017 (1556-1557), p. 201-254.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 2007 (1987).

ORLANDI, E. P. **Terra à vista!** Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

ORLANDI, E.P. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, E.P. (org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993, p. 11-26.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. GUIMARÃES, E. (orgs.). **Institucionalização dos estudos da linguagem**: a disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (Org.). **Política linguística no Brasil**. 1. ed. Campinas - SP: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (org.). **Língua e Cidadania**: o Português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996. v. 1. 210 p.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes/UNEMAT, 2001.

PÊCHEUX, M. O. discurso: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. 5.ed. Campinas: Pontes, 2008 (1983).

PÊCHEUX, M. O. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi et. al. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 (1975).

PÊCHEUX, M. O. **Análise automática do discurso**. Trad. Eni P. Orlandi e Greciely Costa. Campinas: Pontes Editores, 2019 (1969).

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de discurso. In: PETRI, V.; DIAS, C. **Análise do discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013, p.37-48.

PRANDI, R. **Ogum**: caçador, agricultor, ferreiro, trabalhador, guerreiro e rei. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B.S.; MENESES, M.P. (orgs.). **Epistemologias** do Sul. Coimbra: Almeida, 2009, p. 73-117.

SAID, E. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (1978).

SARR, F. **Afrotopia**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2019.

SILVA SOBRINHO, José Simão. **A língua é o que nos une = língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa**. 133 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270666>>. Acesso em: 17 maio 2021.

VALENTIM, M.A. Descolonização metafísica: esboço de manifesto contra-filosófico. **Revista do NESEF**, [S.l.], v.8, n.1, set. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/neseef/article/view/68944/39397>. Acesso em: 02 apr. 2021.

QUIJANO, Aníbal. A América Latina Sobreviverá? *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.7, n.2, 1993, p. 60-66.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**:

eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005, p.118-142.

RESTREPO, Eduardo. ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial:** fuentes, conceptos y cuestionamientos. 1a Ed. Popayán, Samava, 2010.

VERGER, P. F. **Notas sobre os cultos dos orixás e voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na Antiga Costa dos Escravos, na África.** Trad. Carlos Eugênio M. de Moura. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

Notas

* Linguista e Ativista antimanicomial. Mestra e Doutora em Linguística pela Unicamp, com estágio doutoral na Université Sorbonne-Nouvelle. Tem Pós-doutorado em Semântica. Atualmente, é Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3110624682904059>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0194-927X>. E-mail: isadoralmac@gmail.com

** Dramaturgo, professor do Instituto de Letras da UFBA, mestre e doutor em Letras (Linguística) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4732734539276154>. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-5938-5505>. E-mail: lfelipe.andrades@gmail.com

¹ Pensamos aqui no modo particular como, no Brasil, Eni Orlandi formula a Análise de Discurso e Eduardo Guimarães formula a Semântica da Enunciação. Guardadas as diferenças de propostas, pensamos aqui também no modo como a Análise de Discurso e a Semântica da Enunciação propõem um fazer específico em História das Ideias Linguísticas. Ao utilizar a expressão “estudos materialistas da linguagem”, fazemos referência a este estuário fértil de saberes.

² Lélia Gonzalez, nesse artigo de 1988, retoma a ideia de M.D. Magno, com a qual já havia trabalhado em “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (2018 [1980]). Trata-se de um deslocamento histórico-cultural realizado sobre o nome América Latina, como modo de reafirmar as bases (inconscientes) do território colonial ibérico. “Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo de intensa dinâmica cultural [...] que é afrocentrada” (GONZALEZ, 2018 [1988], p.329). “[...] Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o t pelo d para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência)” (GONZALEZ, 2018 [1988], p.321).

³ Althusser (2015 [1965], p.139) afirma: “Sabemos que não existe ciência ‘pura’ a não ser com a condição de purificá-la incessantemente, ciência livre dentro da necessidade

de sua história, a não ser com a condição de libertá-la incessantemente da ideologia que a ocupa, a habita ou a vigia. Essa purificação, essa libertação são adquiridas apenas ao custo de uma incessante luta contra a própria ideologia”. Utilizamos a palavra “purificação” no sentido de uma espécie de “filragem”.

⁴ Encontramos uma interessante reflexão sobre o assunto em Moura (2019 [1988], p.40), acerca da adoção de “modelos teóricos e postulados metodológicos vindos de fora” como impedimentos para o estabelecimento de “uma práxis capaz de determinar parâmetros conclusivos e normas de ação para a solução [no caso] do problema racial brasileiro”. Partindo de uma perspectiva ligada ao materialismo histórico dialético, Moura defende uma ciência atrelada à práxis de transformação social, que só seria possível revendo-se o substrato racista da ciência vigente.

⁵ Advogamos que chamar atenção para o caráter estrutural dessas opressões, de forma não-hierarquizada, ainda que não venham a ser objeto específico de nossa reflexão, coaduna-se a uma “tomada de posição” (PÊCHEUX, 2009 [1975]) como analistas de discurso e semanticistas; tomada de posição essa que compreende seu objeto como recorte, em tensa relação com um *todo* inapreensível, e não como fragmento. Além disso, tal tomada de posição nos coloca face a face com uma exigência política de buscar evitar os silenciamentos que recobrem a marginalização de determinados grupos sociais, ainda que saibamos que tal pretensão venha a ser sempre malfadada. Para dar conta dessa reflexão, escrevemos um outro trabalho, em que trabalhamos a forma-sujeito capitalista enquanto generificada e racializada, numa releitura de Michel Pêcheux e de Louis Althusser.

⁶ Davis (2001) atenta aqui para uma espécie de “daltonismo” racial (e de gênero) de um marxismo que se ancora nos resultados das análises de Marx, até mesmo pela desconsideração de alguns textos do autor que só recentemente, com a organização de uma nova compilação de suas obras completas (a MEGA² - *Marx-Engels Gesamtausgabe*) têm sido trazidas a público (cf. ANDERSON, 2019). De nossa parte, compreendemos com Lukács que, “[e]m matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método” (2003 [1923], p.64), isto é, ao materialismo histórico e dialético.

⁷ “Michel Foucault (2008 [1971]), no texto *Nietzsche, a genealogia e a história*, propõe uma compreensão do procedimento genealógico nietzscheano a partir do estudo filológico das aparições da palavra *Ursprung* (origem), e *Entstehung, Herkunft, Abkunft, Geburt*. Pergunta, então, Foucault (2008 [1971], p. 262): “Por que Nietzsche genealogista recusa, pelo menos em certas ocasiões, a pesquisa da origem [*Ursprung*]? Porque, primeiramente, trata-se nesse caso de um esforço para nela captar a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente guardada em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental e sucessivo. Procurar tal origem é tentar recolher o que era ‘antes’, o ‘aquilo mesmo’ de uma imagem exatamente adequada de si (...)”. Recusando a história das origens, o interesse genealógico se volta para o estudo da proveniência (*Herkunft*) e da emergência (*Entstehung*). No estudo da *proveniência*, “ali onde a alma pretende se unificar, ali onde o Eu se inventa uma identidade ou uma coerência, o genealogista parte à procura do começo - dos inumeráveis começos que deixam essa suspeita de cor, essa marca quase apagada que não poderia enganar um olho por pouco histórico que ele fosse; a análise da proveniência permite dissociar o Eu e fazer pulular, nos lugares e recantos de sua

síntese vazia, mil acontecimentos agora perdidos.” (FOUCAULT, 2008 [1971], p. 265). No estudo da *emergência*, se “deve mostrar seu jogo, o modo pelo qual elas lutam umas contra as outras, ou o combate que travam diante de circunstâncias adversas, ou ainda sua tentativa - dividindo-se contra si mesmas - de escapar à degenerescência e recobrar o vigor a partir de seu próprio enfraquecimento. [...] A emergência é, portanto, a entrada em cena das forças; é sua irrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores ao palco, cada uma com o vigor e a jovialidade que lhe é própria” (FOUCAULT, 2008 [1971], p. 267-269)” (MACHADO, 2015, notas 25 e 26).

⁸ Segundo Stuart Hall (1996), Ocidente é muito mais um conceito histórico, que um lugar geograficamente definido.

⁹ Optamos por grafar “genericada” ao invés de “gendrada” por entender que a última forma é uma filiação à palavra em inglês, *gender*, e que ‘genericada’, retomando a palavra em Língua Portuguesa, dá conta do que estamos dizendo, ou seja, que “gênero” constitui a forma-sujeito.

¹⁰ “Filosofia espontânea” é um conceito utilizado por Pêcheux (2009 [1975]) e Althusser (1967), principalmente, no que tange ao caráter ideológico de algumas práticas (ditas) científicas. Em Gramsci (1999 [1932-1933]), o termo recobre a concepção de mundo contida na linguagem, no senso comum e no “bom senso”, na religião, assim como na produção científica e filosófica de todos, de forma inconsciente. Tal filosofia da ciência tem um caráter contraditório, em virtude das desigualdades socioeconômicas. Ao afirmarmos a colonialidade como filosofia espontânea do capitalismo, queremos destacar a lógica colonial como o “irrefletido” subjacente das práticas capitalistas.

¹¹ Nessa direção, talvez a pergunta que fizemos deva ser reorientada. Considerando-se a expansão do capitalismo e a “pretensa” ausência de opções, após a dissolução da União Soviética, ao tratarmos o colonialismo como condição de possibilidade do capitalismo, deveríamos questionar: é possível, *em qualquer parte*, enunciar sem que os sentidos de nossa enunciação e de nossos enunciados estejam construídos na e pela memória da colonização? Para Quijano, “o que começou na América foi mundialmente imposto. A população de todo o mundo foi classificada, antes de mais, em identidades ‘raciais’ e dividida entre os dominantes/superiores ‘europeus’ e os dominados/inferiores ‘não-europeus’” (QUIJANO, 2009, p.107).

¹² Utilizamos-nos do anacronismo de modo proposital, de modo a ressaltar a questão da estrutura.

¹³ O assunto, complexo, recai sobre as relações entre representatividade, tokemismo (a inclusão de indivíduos de grupos minorizados como forma de “visibilizar” um pretensão multiculturalismo de cunho personalista) e meritocracia. Para maior aprofundamento, cf. Moura (2019 [1988]) e Almeida (2018).

¹⁴ Em palestra na III Jornada Internacional de Semântica, Guimarães (2021) afirma que: “(...) Enquanto isso não se modifica, reaparece. Porque esse confronto tem razões para recomeçar, e recomeçando sempre de algum outro lugar, que outras lutas conseguiram fazer chegar. [...] A duração se constitui porque o sentido se movimenta. A espessura da duração é a diversidade dos tempos que os acontecimentos fazem significar. Considerado o próprio litígio do político, não se pode deixar de observar que a duração da luta pela liberdade é correlata à duração da busca pela permanência da dominação. Isto é a duração do litígio político. [...]”.

¹⁵ A expressão é utilizada por diferentes autores, mas retomamos aqui de Khiari (2012, p.88).

¹⁶ Tomamos como base para nossa reflexão *A revolução tecnológica da gramatização*, de Aourou (1992), por considerar sua posição “fundadora” no campo de diálogos entre pesquisadores brasileiros e franceses da História das Ideias Linguísticas (HIL). Não nos propomos a uma análise da obra do autor, nem mesmo desconsideramos a importância de suas contribuições para a HIL, apenas pontuamos a necessidade de um deslocamento teórico que diz respeito à perspectiva que tomamos a partir da América Latina.

¹⁷ “[...] o *espaço de enunciação* é o espaço de relações de línguas no qual elas funcionam na sua relação com falantes. Assim não há línguas sem outras línguas, e não há línguas sem falantes e vice-versa. Um aspecto importante na configuração do espaço de enunciação é que as línguas do espaço de enunciação são distribuídas de modo desigual, não se é falante das línguas deste espaço da mesma maneira. O espaço de enunciação é então, um espaço político do funcionamento das línguas.” (GUIMARÃES, 2018, p.23).

¹⁸ Interessante observar que, em seus próprios trabalhos, Foucault trata da Modernidade como o período que se inicia, ora com Descartes - por exemplo, em *A hermenêutica do sujeito*, curso de 1981-1982 -, ora com Kant, como em *As palavras e as coisas*, de 1966 (cf. CASTRO, 2014, p.26).

¹⁹ Pablo Casanova (2006), por exemplo, propôs o conceito de “colonialismo interno” (ao Estado-nação europeu) para designar os mecanismos de classificação social desiguais dentro de uma mesma nação. Marx (cf. Anderson, 2019) dedica uma série de escritos à situação da Polônia e da Irlanda, por exemplo.

²⁰ “(...) el 1492, según nuestra tesis central, es la fecha del ‘nacimiento’ de la Modernidad; aunque su gestación - como el feto - lleve un tiempo de crecimiento intrauterino” (DUSSEL, 2012, p.9-10).

²¹ “(...) nació cuando Europa pudo confrontarse con ‘el Otro’ de Europa y controlarlo, vencerlo, violentarlo; cuando pudo definirse como un ‘ego’ descubridor, conquistador, colonizador de la Alteridad constitutiva de la misma Modernidad” (DUSSEL, 2012, p.10).

²² “(...) sufrimos desde nuestro origen un proceso constitutivo de ‘modernización’ (aunque no se usaba en aquel tiempo esta palabra) que después se aplicará a Africa y Asia. Aunque nuestro continente era ya conocido - como lo prueba el mapamundi de Henricus Martellus en Roma en 1489 -, sólo España, gracias a la habilidad política del rey Fernando de Aragón y a la osadía de Colón, intentó formal y públicamente (...) lanzarse hacia el Atlántico para llegar a la India” (DUSSEL, 2012, p.18).

²³ A relação com a psicanálise, ainda que não intencional, mostra-se relevante e constitui uma porta possível para futuros desdobramentos desta pesquisa, uma vez que nos permite compreender a produção do “desejo colonial”, dessa relação de repulsa e atração do colonizador e do colonizado.

²⁴ É relevante pontuar a diferença entre a perspectiva pessimista em relação ao ideal de progresso e civilização burgueses apresentada aqui, quando escreve seus artigos sobre a colonização britânica na Índia, e aquela outra, criticada por Said (2007 [1978]), que se encontra no *Manifesto comunista*, de 1848. Lá, ainda que reconheçamos traços de ironia, Engels e Marx afirmam que “[c]om o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta a

torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras” (MARX, ENGELS, 2010 [1848], p.44).

²⁵ No original: “la ubicación de los orígenes de la modernidad en la conquista de América y el control del Atlántico por parte de Europa [...] y no en la Ilustración o en la Revolución Industrial” (GESCO, 2012, p.10).

²⁶ Britannica, The Editors of Encyclopaedia. "Renaissance". Encyclopedia Britannica, 22 Oct. 2020, <https://www.britannica.com/event/Renaissance>. Acesso em 15 de abr. de 2021.

²⁷ “Renaissance, (French: ‘Rebirth’) period in European civilization immediately following the Middle Ages and conventionally held to have been characterized by a surge of interest in Classical scholarship and values.” (Britannica, 2020).

²⁸ “It refers to a period in European civilization that was marked by a revival of Classical learning and wisdom.” (Britannica, 2020).

²⁹ “A *reescrituração* é o modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito. Há *reescrituração* quando um elemento Y de um texto (uma palavra, uma expressão, por exemplo) retoma um outro elemento X do texto. Neste caso Y reescreve X. Este modo de relação enunciativa leva a interpretar uma forma como diferente de si. O elemento que reescreve atribui (predica) sentido ao reescriturado. Uma característica fundamental da *reescrituração* é que ela não se caracteriza pelas relações segmentais, ou de contiguidade, própria dos modos de relação por articulação. [...]” (GUIMARÃES, 2018, p.85).

³⁰ Orlandi (2007) compreende o silêncio como uma materialidade discursiva, cujo funcionamento se dá de maneiras específicas. O silêncio constitutivo, forma distinta da “política do silêncio”, isto é, do silêncio em sua inscrição histórica, “nos indica que para dizer é preciso não-dizer” (ORLANDI, 2007, p.24). Com isso, a autora não o aproxima de subentendidos ou implícitos, mas como uma forma específica da administração dos sentidos. Fala-se Renascimento, não-falando Colonização.

³¹ Como nos lembra a Profa. Dra. Angela Baalbaki, há também um silenciamento da gramatização das línguas de sinais na própria Europa. Aproveitamos a oportunidade para agradecer a Profa. Angela pelas valiosas contribuições que nos deu ao ler esse artigo.

³² No original: “The Renaissance also witnessed the discovery and exploration of new continents, the substitution of the Copernican for the Ptolemaic system of astronomy, the decline of the feudal system and the growth of commerce, and the invention or application of such potentially powerful innovations as paper, printing, the mariner’s compass, and gunpowder. (...)” (Britannica, 2020).

³³ Para tanto, cf. Ferro (2017).

³⁴ O uso do plural diferencial (“*luta*s de classes” x “*luta* de classes”) visa dar ênfase não tanto à reiteração do fenômeno em acontecimentos diversos, mas ao caráter heterogêneo e aos diversos antagonismos de classes - ou classificações sociais, se quisermos nos valer da definição de Quijano (2009). Alertando-nos para isso, Losurdo (2015) propõe uma abordagem materialista histórica e dialética que dê conta não apenas das tensões entre capitalistas e proletários, mas também entre homens e mulheres, brancos e negros, dentre outros binarismos que se desdobram a partir da relação dominador-dominado, colonizador-colonizado.

³⁵ É importante destacar que determinação histórica se diferencia de determinismo histórico, promovendo um deslocamento da noção de “necessidade histórica” (teleológica, racionalista) para a de “contingência da histórica”, próxima, portanto, daquilo que Pêcheux (2008 [1983]) desenvolve acerca do “real da história”.

³⁶ Na Europa, o discurso religioso também se faz presente na consolidação dos territórios nacionais (a expulsão dos mouros, por exemplo). Grosfoguel (2016) defende, porém, que o modo como o “não-cristão” das colônias é tratado determina, a revés, o modo como se tratavam as “diferenças” religiosas na Europa.

³⁷ A lista das inúmeras contribuições para a HIL no/do Brasil é extensa, de modo que os autores e obras aqui citados não pretendem formar uma lista exaustiva e completa. Recomendamos, para aprofundamento, a leitura de Ferreira (2018).

³⁸ Para uma crítica à ideia de ‘desidentificação’ em Pêcheux, cf. Lagazzi (2013). Não desenvolvemos aqui um contraponto à reflexão da autora, mas ainda assim indicamos a leitura em função da argúcia e pertinência dessa reflexão para a discussão consequente das transformações conceituais em Pêcheux.